

# PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO OESTE DE SANTA CATARINA

## Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil

Alceu Werlang

### 1. Introdução

A temática da colonização do Oeste de Santa Catarina carece de estudos mais aprofundados. A pesquisa sobre a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil busca contribuir para entender-se o processo de colonização da região, implantado pelos descendentes de europeus a partir de 1917. O massacre da população indígena e a posterior expulsão dos luso-brasileiros resultou num vasto campo para a atuação das empresas colonizadoras.

O estudo da colonização do Oeste Catarinense exige algumas colocações preliminares. Esta região esteve por muito tempo em disputa entre Portugal e Espanha, no período colonial; depois, no período das independências, a disputa continuou entre Brasil e Argentina. Em 1895, sob a arbitragem do Presidente Cleveland dos Estados Unidos, a região passou a pertencer definitivamente ao Brasil. Começou, então, a disputa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, questão resolvida em 1916, com a intermediação do Governo Federal, resultando na divisão do território do Contestado.

A posse da terra, durante este período, foi disputada entre índios, caboclos, fazendeiros e empresas colonizadoras. O maior conflito havido é conhecido como a Guerra do Contestado, que envolveu de um lado a polícia particular da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e o Exército Brasileiro. Esta guerra terminou em 1915, depois que grande parte dos posseiros haviam sido eliminados.

A Guerra do Contestado, no entanto, não foi o único foco de resistência ao avanço das empresas colonizadoras. Mas, como a expulsão dos caboclos se dava ao ritmo do avanço da colonização, esta resistência se dava de forma isolada, não representando ameaça aos lucros das colonizadoras.

\* Alceu Werlang é mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC - Campus Chapecó.

Durante o século XVIII, o Oeste Catarinense já havia sido ocupado pelas fazendas de criação de gado bovino. A parte sul, coberta de densas matas, impróprias para a pecuária, foi ocupada no século seguinte, principalmente a partir da extração da erva mate. Apesar da instalação da Colônia Militar de Chapecó, em março de 1882, o Governo Imperial não demonstrava maior preocupação com o desenvolvimento sócio-econômico da região.

No entanto, paralelo à exploração das riquezas, ocorreu a destruição da população indígena que aqui residia há alguns milênios. A ação dos bandeirantes, missionários, bugreiros e expedições militares foi decisiva para tal massacre que possibilitou a posterior expansão do capitalismo. Portanto, quando da chegada das empresas colonizadoras, a partir de 1917, a população indígena estava reduzida a pequenos grupos e não representava ameaça às mesmas.

A perspectiva dos grandes lucros vislumbrados pelos empresários a partir da comercialização das terras e madeiras, gerou uma acirrada disputa pela posse da região, onde saía vencedor aquele que tinha maior influência política junto ao governo estadual. No caso da Cia. Sul Brasil, os então deputados, Abelardo Luz, filho do então governador catarinense Hercílio Luz e Henrique Rupp Junior, eram acionistas da Empresa Oeste Catarinense, criada com o objetivo de colonizar a área conseguida junto ao governo do Estado. Tal influência política foi decisiva também, quando, posteriormente, a Brazil Development e Colonization reclamou esta área para si. Esta última, de grande poder econômico, foi, no entanto, devidamente compensada com outras terras da região.

O pagamento das terras devolutas junto ao governo do Estado era efetuado mediante a abertura de estradas. Para isto, as companhias colonizadoras contratavam outras empresas a preços inferiores aos pagos pelo governo estadual. Portanto, além das terras terem sido repassadas às colonizadoras a preços baixos, as mesmas lucravam ao repassar a construção das estradas a outras empresas.

As colonizadoras que não conseguiram adquirir terras junto ao governo do estado, acabaram comprando terras da Brazil Development, que as repassavam com a finalidade de serem colonizadas. Para tanto, elas pagavam um preço bem acima do valor pago pela Brazil Development ao Estado. De posse de grandes extensões de terras do Oeste Catarinense, a Brazil Development tratou de repassar estas terras a diferentes colonizadoras. Mesmo assim, acabou perdendo parte delas por não conseguir colonizar toda a área dentro do prazo previsto.

As colonizadoras foram organizadas a partir da perspectiva de lucros a que o oeste catarinense acenava, através da venda de grande extensão de terras férteis e de madeiras para a exportação. A falta de experiência no setor obrigou as colonizadoras a contratarem pessoas que já haviam coordenado projetos de colonização, como foi o caso da Cia. Sul Brasil, que contratou para diretor-gerente Carlos Culmey. A perspectiva de lucros ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul e, principalmente, pela crise mundial de 1929, deixou a economia gaúcha em sérias dificuldades até o ano de 1938. Algumas empresas colonizadoras, principalmente as que compraram suas terras da Brazil Development, passaram sérias dificuldades econômicas neste período. A venda da madeira para a Argentina, no entanto, manteve as empresas em atividade, pois o número de lotes vendidos até 1938 foi reduzido.

Embora a política do governo catarinense tenha sido a de implantar a pequena e média propriedade, dependendo da atividade a que se destinasse, quase todas as terras do oeste catarinense foram demarcadas em lotes de 20 a 35 hectares, considerados pequenas propriedades. A Companhia Sul Brasil demarcou toda a sua área com este princípio. A adoção dessa política deu-se em função do relevo acidentado, coberto de mata, que não interessava ao latifundiário. Quanto à madeira, a colonizadora reserva-se o direito de explorá-la, não precisando, para tanto, constituir a grande propriedade.

A Cia. Brasil, para dividir a área em lotes, trouxe da Alemanha vários agrimensores, que dividiram as glebas de terras em lotes coloniais, chácaras ou lotes urbanos. A precisão das medições e a localização dos lotes, devidamente mapeados, é uma das principais causas do bom conceito de que a companhia gozava entre os colonos. A organização da colonizadora também pode ser sentida na distribuição destes colonos em diferentes áreas, a partir de sua origem étnica e credo religioso. Tudo isso tinha um objetivo último: o lucro.

## 2. A Companhia Territorial Sul Brasil e sua constituição

A Cia. Territorial Sul Brasil, sociedade anônima, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, constituída a 23 de maio de 1925, era formada pelos seguintes acionistas: Benjamim de Oliveira, Frederico Carlos gomes, Emilio Gertrum, Primo Teston, Otto Niemeyer, General Adalberto A. dos R. Petraza, Dr. Frederico Dahne, Abilio Chaves de Souza, Jorje Júlio Schilling, Adolfo Zimmermann, Fernando Sudbrack, Carlos A. Coelho de Souza, Dr. Leônidas Coelho de Souza e Arthur Schwein.

Em escritura lavrada em 26 de agosto de 1925, a Cia. Territorial Sul Brasil, com aprovação do Governo do Estado de Santa Catarina, adquiriu a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda. em liquidação. Além dos 2.467.074.800 metros quadrados de terras, nos quais haviam sido demarcados 510 lotes urbanos, 685 lotes coloniais e 80 chácaras, constava no contrato de compra e venda de um grande prédio de madeira, dois ranchos e alguns galpões (1).

Como a empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda. foi extinta, este empreendimento colonizador passou totalmente às mãos de empresários gaúchos. É interessante observar que Benjamim de Oliveira, Frederico Carlos Gomes e Emilio Gertrum, acionistas da Cia. Sul Brasil e anteriormente da Cia. Oeste Catarinense eram empresários ligados ao Banco Nacional do Comércio, sucedido pelo Banco Sul Brasileiro. Outro empresário que conhecia bem a região era o madeireiro Primo Teston, que havia comprado vários lotes da então Cia. Oeste Catarinense com o objetivo de comercializar a madeira e revender as terras. Este empresário mostrou seu poderio ao empreitar, em 1929, junto ao governo catarinense, a estrada de Mondai a Barracão.

A aplicação do capital financeiro por empresários gaúchos no Oeste Catarinense deve-se ao fato de vislumbrarem neste empreendimento fabulosos lucros, tanto na comercialização das madeiras, como das terras. Poucos empresários eram do setor. Entre os empresários ligados à Cia. Sul Brasil, apenas Benjamim de Oliveira tinha experiência em colonização. Para entrarem em tal ramo, geralmente contratavam um diretor que tivesse experiência no ramo e que pudesse dirigir a colonização em suas terras

Foi o caso da Chapecô-Peperi ao contratar o Pastor evangélico Herman Faulhaber, que havia dirigido a colonização de Neu Wurttemberg (Panambi), do Padre jesuíta Max Von de Lassberg, que, depois de ter acompanhado de perto a colonização de Cerro Largo e Santo Cristo (Rio Grande do Sul) e Monte Carlo e outros povoados (Província de Misiones), veio coordenar a colonização em Itapiranga.

A Cia. Sul Brasil investiu no experiente Carlos Culmey para dirigir a colonização de suas terras.

### 3 - O Diretor Carlos Culmey - 15 anos na direção

O estudo da pessoa de Carlos Culmey é importante, não para se criar mais um herói ou vilão, mas somente para entender a organização da atividade colonizadora empreendida pela Cia. Sul Brasil.

Contratado para diretor-gerente em 1926, coube a ele a tarefa de planejar e executar o plano de colonização. Do início das atividades da Cia. Sul Brasil, até maio de 1939, quando morreu tragicamente, foi ele quem coordenou a colonização das terras da Cia. Sul Brasil.

Carlos Culmey nasceu em 19 de junho de 1879, em Neuwied, na Rhenania. Aos 20 anos formou-se Engenheiro Civil e aos 23 anos veio para o Brasil, retornando em seguida para a Alemanha para buscar sua noiva, Luise Von Michalis, com quem se casou no Brasil. Ela e sua filha Tutz Culmey o acompanharam nas diferentes regiões onde esteve na frente do projeto colonizador. Apesar da família não ter passado as mesmas dificuldades que outros colonos, ela não teve conforto nas diferentes regiões em que esteve, conforme conta Tutz Culmey na obra, "A Filha do Pioneiro"(2).

Em 1901, com 23 anos de idade, Carlos Culmey tomou para si seu primeiro empreendimento colonizador. A Sociedade Católica de Agricultores de Santa Cruz havia adquirido terras na região das Missões: lá coordenou, juntamente com Pe. Max Von Lassberg, a colonização dos atuais municípios de Cerro Largo e Santo Cristo, no Rio Grande do Sul. Por volta de 1914, resolveu retornar com sua família para a Alemanha, mas foi impedido pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Aplicou seus ganhos em Bônus de Guerra, os quais perdeu com a derrota da Alemanha. Enquanto a guerra não terminava, assumiu, em 1916, uma pequena empresa colonizadora que dirigiu por dois anos.

Desta colonização surgiu o povoado de Sete de Setembro, localizado entre Erechim e Sananduva, no Rio Grande do Sul (3).

Em meados de 1919, sem condições econômicas de retornar para a Alemanha, dirigiu-se à Província Argentina de Misiones que passou a receber imigrantes vindos da Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial. Desta colonização, surgiram os povoados de San Alberto, Cunha Porã, Puerto Rico, Capiovy e Monte Carlo. Conflitando com os diretores da companhia, retornou à Alemanha. Em junho de 1926, voltou ao Brasil, a convite da Cia. Territorial Sul Brasil (4).



Foto 01 - Carlos Culmey em seu castelinho às margens do Rio Uruguai. Acervo Fotográfico de Marcelo Werle.

A figura de Carlos Culmey, amada por uns e odiada por outros, geralmente é confundida com a própria empresa colonizadora, como demonstra um próprio empregado seu: "Muitos xingavam ele, mas ele não era mau. Culpado era seu sócio, um tal de Kussler ou coisa parecida. Este era duro. O Culmey sempre dizia eles não tem comércio".

Outro depoimento de um colono demonstra a determinação do diretor da Cia. Sul Brasil: "Nós podemos elogiar este homem. Cada mês no dia 10, ele vinha no hotel em São Carlos e escutava as reclamações. Se alguém quisesse comprar uma colônia sem dinheiro, ele acabava aceitando. Não tinha dúvida com a medição de nada "(6).

Segundo sua filha, Culmey tinha uma grande preocupação pelo bem-estar de seus colonos. Para ele não interessavam os lucros imediatos, os quais, segundo ela, só seriam possíveis com a implantação de latifúndios do qual dizia-se inimigo.

*"Papai não era amigo do latifundiário. Seu interesse era voltado para os pequenos agricultores. Quase todas as colônias que fundou tinham entre 25 a 27 hectares. Organizava-as de tal forma, que cada uma tinha seu abastecimento de água. Isto garantiria satisfação e progresso"(7).*

Jorge Silva, que trabalhou com Culmey como agente vendedor de terra e balseiro, confirma a preocupação que Carlos Culmey tinha em relação aos colonos, mas conta que o mesmo tinha muitas divergências, pois as coisas tinham que ser como ele queria. Os maiores problemas surgiam em relação aos posseiros (8).

Pelo depoimento acima percebe-se que Culmey tinha claro que o retorno dos investimentos nas colonizações não era imediato. A ausência dos lucros imediatos chocava-se com os interesses dos empresários, o que lhe custou o emprego na Argentina. Enquanto o diretor estava preocupado com o desenvolvimento da região e dos colonos, o que traria grandes lucros a um prazo maior, certos empresários do setor visavam o lucro imediato com a simples comercialização das terras. Esta atitude de acompanhar o colono nas suas inúmeras dificuldades rendeu-lhe um certo respeito e admiração junto aos mesmos.

O mesmo já não ocorreu entre os posseiros que geralmente o temiam. Em todas as áreas, cuja colonização Carlos Culmey presidiu, ocorreram conflitos com os mesmos. Entre eles podemos destacar os de Sete de Setembro e Província de Missões: "Seus inimigos haviam decidido que sua alma poderia seguir para a Argentina, mas seu corpo deveria permanecer ali... Só houve um leve tiroteio porque os assaltantes tinham sido recebidos acertadamente por meu pai e seus homens"(9).

Assim Tutz Culmey descreve a fuga deles de Sete de Setembro, depois das ameaças e do perigo de vida que corriam. Ela escreve ainda as ameaças recebidas na Argentina, feitas por caboclos insatisfeitos com a expansão da colonização que expropriava o posseiro. Em Palmitos e São Carlos, durante sua direção, os conflitos com os posseiros eram menos frequentes, pois grande parte dos caboclos eram usados como mão-de-obra na própria companhia, outros preferiam retirar-se mato adentro.

Em 1929, Carlos Culmey transferiu a sede da Companhia Colonizadora de Cascalho para Passarinhos, também no interior do atual município de Palmitos. A nova localização favorecia a recepção e a distribuição dos colonos e de suas famílias. Neste local, às margens do rio Uruguai, ele construiu sua residência, denominada de Castelhinho, local onde passou a morar com a família e administrar a Companhia Sul Brasil:

*"...no alto do morro, às margens do rio Uruguai, dominando a encantada paisagem. A moradia, em estilo de Castelo, tinha 20 quartos, todos em cedro...A casa era cercada por terraços adornados de roseiras que davam até o rio"(10).*

Além das atividades na Companhia, Carlos Culmey tinha seus próprios negócios, que eram administrados por empregados:

*"...ele tinha mais empregados. Eu cuidava deles. Tratavam os animais, da criação de gado e peixe. Ele trabalha na Companhia, mas cada semana tinha que prestar conta sobre o que faltava, tinha visita ou não. Ele comprava milho dos colonos. Plantávamos, mas não o suficiente pois ele tinha bastante gado e porco" (11).*



Grande parte da criação de gado bovino e suíno era vendida aos próprios colonos que, geralmente, vinham sem animais devido às dificuldades de transporte. Outro ramo em que atuava era o setor madeireiro, no qual trabalhavam inúmeros empregados juntamente com seu sócio Álvaro, residente em Iraí. Na primeira vez que Carlos Culmey foi acompanhar a balsa de lancha (antes ia a São Thomé de automóvel), um acidente provocou a sua morte.

*"Afundou uma lancha, que justamente foi daqui de Mondai prá buscar ele e soltar o remote. Então foram buscar ele. Tinha muita serração, a noite e nós esperando prá soltar o remote, não vinha... não vinha... três hora passada, aí não puderam mais ficar com o remote amarrado, vinha muita balsa, aí nós saímos. aí tinha acontecido aquilo, por isso que ele atrasou... Vinha com os papéis e tudo. Aí em Cascalho tinha muita cerração, em vez de agarrar prá um lado agarraram o outro, até que estavam na ilha, tombou, virou" (12).*

Carlos Culmey era mais um dos inúmeros balseiros que deixaram suas vidas ao enfrentarem as fúrias das enchentes do Rio Uruguai. Presentes na lancha, estiveram seu genro Walter Herwig, seu sócio Álvaro e dois empregados que conseguiram se salvar. Seu corpo foi encontrado 3 dias depois próximo da fronteira com a Argentina (13). A Companhia territorial Sul Brasil perdia, assim, seu diretor num momento em que o fluxo de colonos para a região vinha aumentando significativamente depois de uma década de enormes dificuldades.

#### 4 - A demarcação dos lotes

A credibilidade da Companhia Sul Brasil deve-se, em grande parte, à seriedade com que tratava a questão da medição e da venda dos lotes. A exatidão das medições foi motivo de elogio de todos os entrevistados. A existência de mapas com os respectivos lotes, tamanho da área, localização e devida numeração, evitava problemas como a venda do mesmo lote a mais de uma pessoa, bem como facilitava a localização dos mesmos.

A organização, neste aspecto, foi exemplar para qualquer companhia colonizadora. Segundo Pedro Sebastiani, não se ouvia alguém reclamar da falta de terra no lote comprado (14). A eficiência na medição é atribuída aos agrimensores vindos especialmente da Alemanha, como nos conta Oscar Sehnem:

*"A Cia. Sul Brasil trouxe 6 agrimensores novos da Alemanha. Todos solteiros. Conheci eles. Entraram e não podiam voltar, pois não tinham dinheiro. Foram enganados por Culmey. Ficaram anos medindo as terras, fazendo mapas de Passarinho a Campo Erê. Passaram maus momentos no mato. O Culmey pagava mal e não tinham dinheiro para voltar" (15).*

A demarcação dos lotes era subordinada ao regime hidrográfico da área a subdividir, cujos cursos d'água principais eram levantados previamente. De cada leito do rio partiam os lotes das duas margens até se encontrarem com os lotes de outros leitões, formando ali uma divisa seca, denominada de "travessão". O travessão dividia pelo meio as terras existentes entre os dois rios. A partir daí, as terras eram divididas em lotes de 25 a 35 hectares em média. A forma do terreno, normalmente retangular, dependia da distância do leito dos rios entre si. Quanto maior era a distância entre os rios mais comprido e estreito era o lote.

A primeira gleba demarcada pela Sul Brasil ficou dividida em 26 seções, com uma média de 140 lotes coloniais cada. A ocupação se deu a partir do rio Uruguai, expandindo-se por toda a área entre os rios Chapecó e Antas, em direção ao norte.

A demarcação dos lotes se expandiu rapidamente. Em setembro de 1938, a Companhia Sul Brasil já havia dividido 106.088, dos 277.283 hectares que lhes pertenciam. Nesta primeira etapa foram demarcados, 3.814 lotes coloniais, 1.465 lotes urbanos e 596 chácaras (16). Em 1954, a Sul Brasil já havia dividido praticamente toda a área e introduzido colonos em 48 seções.

As seções eram servidas de estradas gerais e vicinais. As estradas gerais, construídas com recursos da Companhia Sul Brasil, tinham a função de ligar as diferentes regiões com o escritório da Companhia, bem como interligar os núcleos urbanos. As estradas vicinais, abertas próximas ao leito dos rios. As casas eram quase sempre próximas da estrada e, quando da introdução do gado bovino, as

terras existentes entre o rio e a estrada eram destinadas quase sempre à formação de poteiros. O gado bovino, além do fornecimento do leite, era amplamente usado na extração de madeira e no cultivo das terras.

Na medida em que as seções foram sendo ocupadas efetivamente, as mesmas passaram a ser subdivididas em 3 a 4 comunidades denominadas de linhas, pois normalmente abrangiam os moradores dos dois lados de um rio que eram separados geograficamente pelos de outra linha pelo travessão, ou seja, a divisa seca. A falta de pontes nos rios era amenizada com a construção de pinguelas.

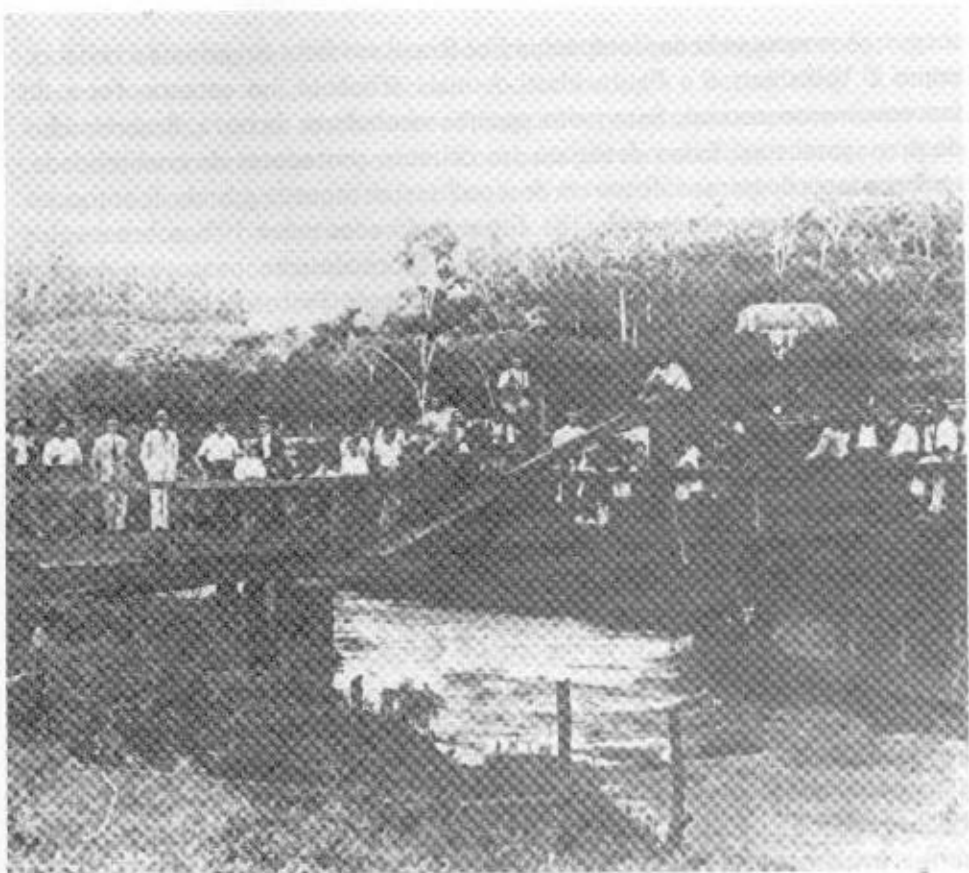


Foto 02 - Inauguração da primeira ponte sobre o Lageado Morães em São Carlos. Acervo Fotográfico de Marcelo Werle.

## 5 - Propaganda da Cia. Sul Brasil

*"Muito boa. Diziam que dava tudo. Café, banana, açúcar... diziam que em cada pau oco tinha uma abelheira com mel. Era perigoso pois tinha tigre, mas diziam isto para atrair os caçadores. Dava de tudo, só que não disseram que não tinha comércio para vender estas coisas" (17).*

A propaganda da Companhia Sul Brasil era feita em jornais e revistas, como a Volksblatt e a Paulusblatt. A mais eficiente, no entanto, foi a do convencimento pessoal, feita pelos agentes vendedores de terra, denominados de propagandistas. Esses deveriam ser colonos, portadores de credibilidade, conhecedores de terras e disporem de círculo relativamente grande de amizades para quem oferecer o produto (18). Eram motivados pelos 10% sobre o valor da venda que a Companhia lhes repassava. Normalmente, passavam de casa em casa e o argumento que convenciam, segundo Pedro Sebastiani, era a existência de terra barata, boa, onde havia milho, mandioca, feijão e batata. Desabafando, o mesmo diz que dava de tudo, só que não tinha preço. Sobre isto, os agentes não falavam, nem da falta de estrada para comercializar o produto (19).

Outro desabafo, referindo-se à má fé dos agentes, é dado por Guilherme Hess, natural de Santa Cruz e que foi um dos pioneiros de São Carlos: "O cunhado do meu irmão, o João Kolher, aquele puxava gente prá cá pela Companhia. Ai, meu irmão e ele convenceram a minha mãe a botar as coisas fora lá. Depois o resto dos filhos tiveram que trabalhar por fora prá sobreviver.

Outro agente que aliciou muitas pessoas foi o comerciante Pedro Triches. Vendeu seu comércio em Anta Gorda (RS) e veio para cá dedicar-se à exploração e comércio da madeira. Convenceu muitos dos seus fregueses a comprarem terras da Companhia Territorial Sul Brasil sem que a conhecessem. Outros agentes traziam pra cá os colonos com a finalidade de conhecerem as terras, principalmente depois que a região estava em franco desenvolvimento: "Tinha um encarregado do Culmey que fazia os negócios. Tinha um ônibus e trazia o pessoal, prá olhar a terra" (21).

Havia ainda, em menor número, os atraídos pela propaganda em jornais e revistas. Estes dirigiam-se ao escritório da Companhia Sul Brasil para adquirir as terras. A família Hoss tomou conhecimento desta colonização através da revista "Paulusblatt" (22). Vários colonos atraídos por belas propagandas, entre eles pessoas bem sucedidas no Rio Grande do Sul, arrependeram-se posteriormente. Alguns deles retornaram ao seu local de origem, como se verá posteriormente.

## 6 - A venda dos lotes

A venda das terras tanto poderia ser feita pelos agentes encarregados, como nas sedes da Cia. Sul Brasil, em Porto Alegre e Passarinhos. O controle da venda das terras era feito em Passarinho, para onde eram enviados todos os contratos de compra e venda. Com exceção dos alemães russos, os demais compradores deveriam dar um pagamento inicial no ato da assinatura do contrato, caso contrário, a Companhia apenas aceitava reservar o lote. Era comum alguém comprar um lote e reservar outro para compra futura.

O restante do pagamento podia ser parcelado até em 36 meses, com 8% de juros anuais. Contudo, quem dependia da venda da produção para cobrir os vencimentos, dificilmente conseguia honrar o compromisso, pois não havia comércio para a produção e a madeira existente no lote só poderia ser vendida depois da liquidação do lote. Era comum colonos trabalharem para a Sul Brasil, na abertura de estradas, com o objetivo de pagarem os juros das terras: "E meu pai comprou uma colônia e foi a prestação. Era brabo. Fazia uma colheita, mas nada valia. Tinha que pagar o juro e se não podia pagar o juro, tinha juro também. Ele sofreu para pagar aquela colônia" (20), disse em entrevista Otto Zimmer.

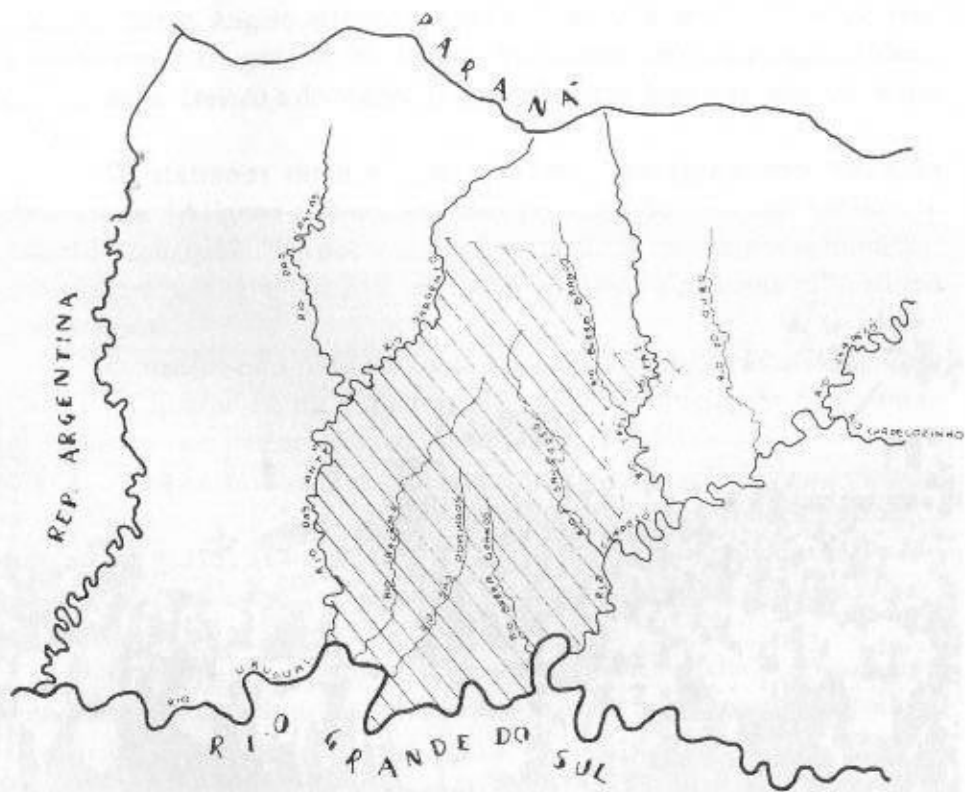
Havia uma política de ocupação. A pessoa que comprava a terra assumia um compromisso de ocupação imediata, em 5 ou 18 meses, dependendo da localização. Quem não quisesse ocupar a colônia, só conseguia comprar lotes mato adentro, onde não havia acesso à estrada. Aliás, estrada nem sempre havia, mesmo para os que compravam para ocupar logo seu lote, como afirma Pedro Rodoi: "O pai veio a Passarinho e comprou pelo mapa e depois quando veio de mudança, eles procuraram até encontrar a terra. Fomos até Caibi, depois o pai levou a mudança pela picada aberta pelo agrimensor. Estradas não havia. Dava 8 quilômetros de picada até chegar" (24).

Os alemães russos também receberam seus lotes em seções onde ainda não havia estradas. Neste caso, os homens iam na frente localizar as terras e construir ranchos, para depois buscarem as famílias na sede da colônia. Já os primeiros moradores de São Carlos foram transportados da sede de Passarinhos a São Carlos com a lancha da Companhia. Estes pioneiros pagaram um preço muito caro, pois gastaram suas economias para sobreviverem até que, finalmente, tivessem oportunidade de fazer dinheiro.

## 7 - Carlos Culmey e as estratégias de colonização

Carlos Culmey considerava fundamental a organização comunitária para o sucesso da colonização. Para tal, não podiam faltar escolas e igrejas nas comunidades. Para facilitar a organização, distribuiu os colonos de tal forma que os alemães católicos, alemães evangélicos e italianos católicos estivessem morando em regiões distintas. A formação de comunidades com a mesma origem étnica e credo religioso criariam menos conflitos entre si, além de facilitarem a organização comunitária, evitando a construção de duas ou mais igrejas ou escolas na mesma comunidade. Isto facilitava também o ensino e o atendimento religioso, dado pelos padres e pastores.

Com este objetivo, as terras localizadas entre os rio Chapecó e Barra Grande foram destinadas aos alemães católicos, surgindo desta colonização os municípios de São Carlos, Saudades e Pinhalzinho. Do rio Barra Grande até o rio São Domingos, no atual município de Palmitos, as terras foram demarcadas para os alemães evangélicos; e do rio São Domingos em diante até o rio Iracema, localizar-se-iam os de origem italiana, que deram origem a Caibi. Finalmente, a área localizada entre os rio São Domingos e Antas passou a ser ocupada pelos teuto-russos de religião evangélica, originando o município de Riqueza. Já os teuto-russos católicos ocuparam uma parte da área reservada aos alemães católicos. Como o fluxo de italianos era maior do previsto, algumas seções próximas ao rio São Domingos, inicialmente destinadas aos alemães evangélicos, foram ocupadas pelos descendentes de italianos. Esta divisão ainda está caracterizada nos dias de hoje. Os municípios de Saudades e São Carlos, por exemplo, são basicamente formados por alemães católicos e Caibi por italianos. Já Palmitos é dividido entre alemães evangélicos e italianos, dependendo da região.



Mapa 01 - Área colonizada pela Companhia Sul Brasil no Oeste de Santa Catarina. Mapa da Cia Sul Brasil, Museu Pe. Fernando Nägel, Maravilha - SC.

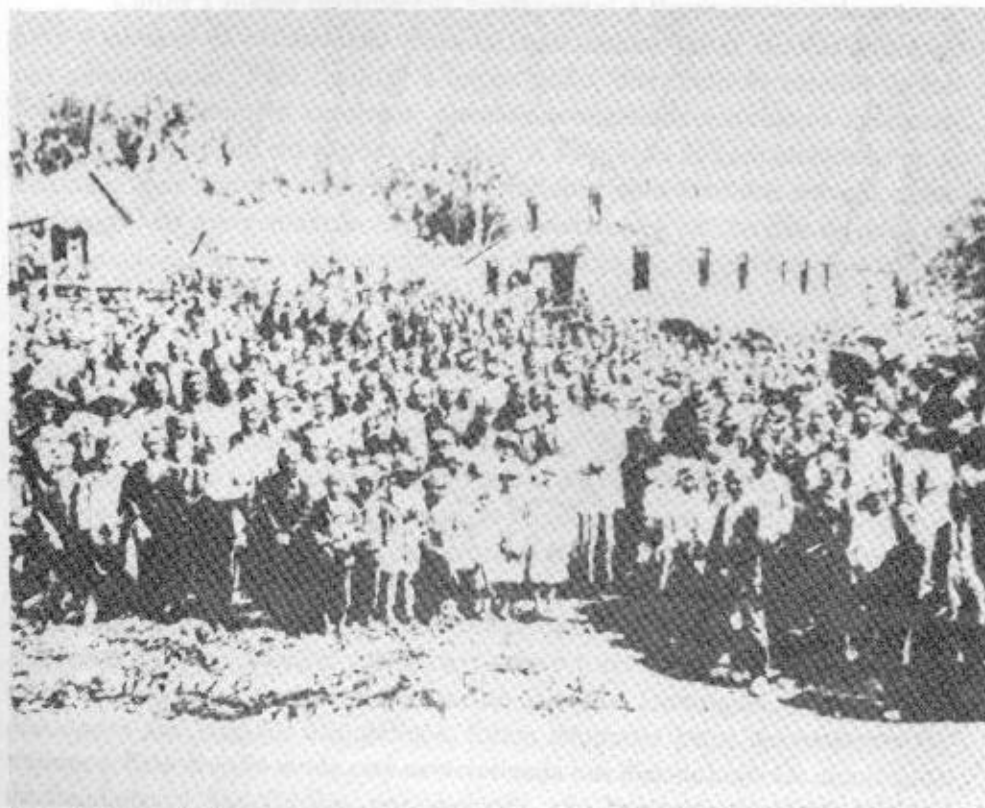


Foto 03 - Foto tirada no dia da visita do bispo a São Carlos em fevereiro de 1931. Nos fundos aparece a primeira Igreja de São Carlos, construída em 1929. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.



A única forma de alguém burlar esta organização, até 1940, era comprar terras de terceiros: "Nós se quiséssemos não poderia comprar em Palmitos, pois éramos católicos. Depois teve católicos que compraram de terceiros e não da Cia. *Havia capricho e união e não como hoje em dia...*" (25), disse Ervino Hoss em entrevista.

Carlos Culmey preocupava-se com a instalação de igrejas e escolas. Em São Carlos, chegou e exigiu a construção da Igreja. O Pe. José Bunse vinha de Santo Ângelo atender a região. Sua vinda em definitivo ocorreu somente com a chegada do Pe. Beiller, que Culmey havia conseguido trazer da Alemanha. Devido a divergências com o Pe. José Bunse, aquele se retirou (26).

Os italianos também construíram a sua igreja com bastante dificuldade: "A Igreja também era uma preocupação, era tudo católico, e construir com quê? Tudo pobre começante. Então se reuniram uma turminha, construíram uma igreja aqui em Caibi, onde está a paróquia (27), afirma Pedro Rodoi.

O atendimento religioso junto às famílias evangélicas era feito pelo pastor de Ijuí, e depois Mondai, mas já nos primeiros a Companhia providenciou um pastor vindo da Alemanha para Palmitos (28).

A religiosidade dos colonizadores da região era grande, como mostrou a família Rizzi, uma das primeiras moradoras da região, trouxe junto com a mudança a estátua de Santo Antônio, que veio dar o nome ao lugar (29). E a Companhia, por sua vez, sabia que era fundamental possibilitar o atendimento religioso para atrair novas famílias.

O templo servia também de escola. As aulas, na falta de igrejas, eram ministradas na casa do professor. Percebe-se, entre os entrevistados de origem alemã, uma preocupação maior com a alfabetização dos filhos. Rodolfo Koeller conta que, no, começo, as famílias tiveram que pagar o professor, mas, mesmo assim, saíram da linha Barra Grande, onde só tinha escola a 6 quilômetros de distância, para morar em Três Pinheiros, onde havia escola (30). Entre os alemães russos, a escola também foi criada por eles, embora recebessem ajuda da Alemanha. *Eram eles quem pagavam o professor* (31).

Entre os italianos, a escola foi introduzida bem depois da chegada das primeiras famílias. O primeiro professor em Caibi foi Júlio Turcatto. Este chegou quando muitos filhos já tinham passado da idade escolar e não puderam estudar, pois o pai os segurava para o trabalho. A professora de Santa Lúcia, *Flávia Bodan Lazzari, chegou para Santo Lúcia, em Palmitos,*

em 1939, a pedido de Culmey. Ela conta que lecionou de graça no primeiro ano, pois os italianos não costumavam pagar o professor, como os alemães. Depois passou a receber da Prefeitura de Chapecó (32). Além disso, ela enfrentou outras dificuldades, como demonstra o depoimento abaixo:

*"Tudo no primeiro ano. Nem aula eles não tinham. Fui eu quem comecei. Eu tinha a maior turma, 67 alunos. Todos se alfabetizaram, alguns já são professores aposentados...Tinha alguns que mandavam os filhos no moinho. Antigamente era assim.Mandava cada dia um filho, mas ai não aprendiam. Mas depois foi indo. Alguns iam um ano ou dois e ficavam em casa" (33).*

Em setembro de 1938, havia 18 escolas na região, com uma população aproximada de 1.400 famílias. A organização dos núcleos populacionais era fundamental para o progresso da colonização. A existência de estradas, comércio, médicos, atendimento religioso e educacional atrairia novos colonos que já não vinham mais ludibriados por belas propagandas, mas, a partir das informações de parentes e conhecidos instalados na região. Culmey, com sua experiência, sabia que o êxito da colonização dependia da existência de certos núcleos coloniais em franco desenvolvimento.

## 8 - Cia. Sul Brasil - diversas visões a respeito

*"Simpatia e respeito, merecem, sim, as empresas que, à semelhança da Sul Brasil, objetivaram a alta e patriótica tarefa de expandir a cultura humana, através de ermos e descampados territórios semeando terras e povoando o sertão..."(24).*

Antes de completar seus primeiros quatro anos de atuação, em abril de 1929, a Companhia Sul Brasil recebeu a visita do então Presidente do Estado, Dr. Adolfo Konder, que proferiu, na oportunidade, um elogioso discurso na comunidade de Cascalho, publicado posteriormente no jornal "República". Destaca neste discurso a maneira honesta e inteligente com que a Companhia Sul Brasil vinha desempenhando sua missão colonizadora, que,

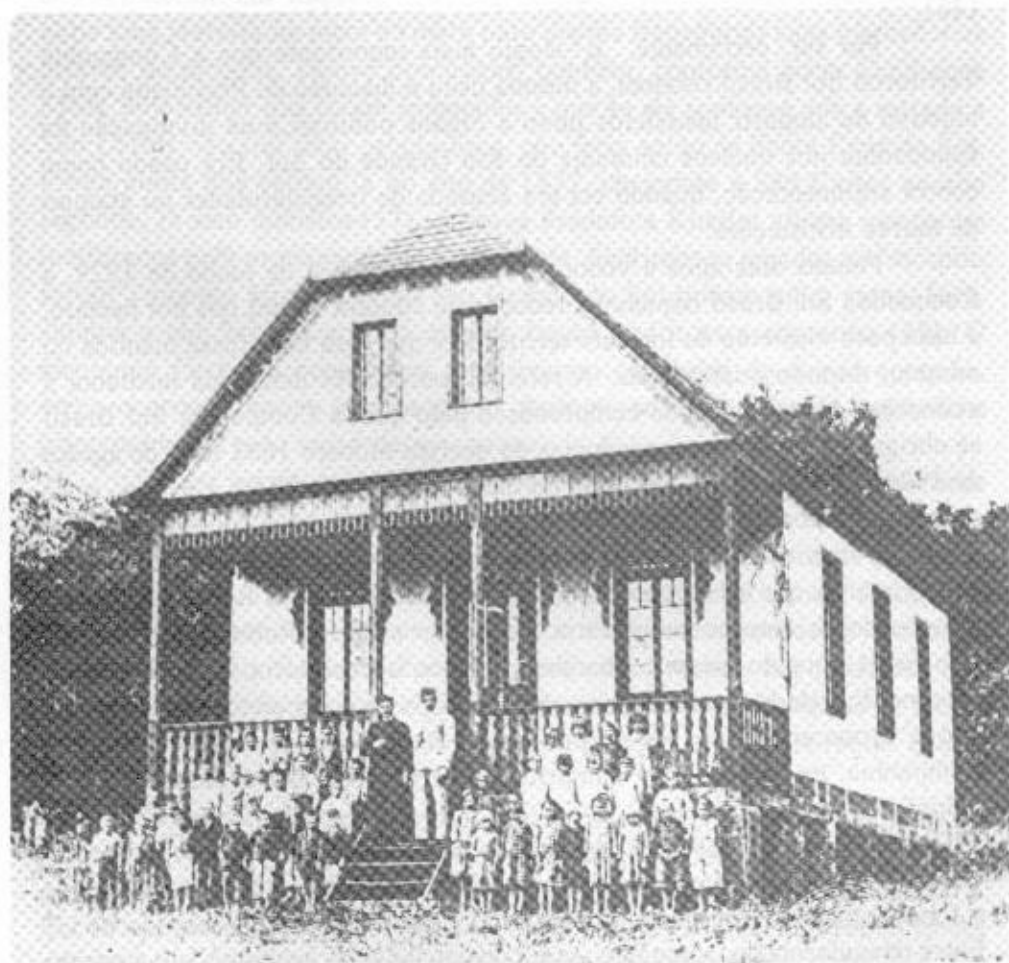


Foto 04 - Foto do primeiro prédio escolar de São Carlos construído em 1932. Até então as aulas eram ministradas no Salão Paroquial. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

em contrário à prática seguida em Santa Catarina, a Sul Brasil não faz do seu escritório um balcão para traficar terras; não se registra o aliciamento do colono, com falazes promessas para depois pagá-lo no inóspito sertão, sem comunicações que lhe permitam o acesso à gleba adquirida; encontram-se excelentes estradas, há escolas e igrejas. Para Adolpho Konder, a colonização é mais uma obra de irradiação cultural, do que um processo fácil de aferrolhar dinheiro. O Presidente Konder ainda destacou, na oportunidade, o surpreendente sucesso dos povoados de São Carlos, Palmitos e Cascalho (35).

Por ser, certamente, o elogio mais importante que a Companhia Territorial Sul Brasil recebeu, a mesma usou o discurso do Presidente com o objetivo de adquirir benefícios junto a órgãos públicos e na divulgação da Companhia nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul. Era usado como contra argumentação, quando ela era acusada de irregularidades ou ataques de outras instituições.

Poucos dias após a visita do Presidente, em 4 de junho de 1929, a Companhia Sul Brasil requereu a redução de 20 para 10 mil reis por hectare, a base para o cálculo do imposto territorial e que essa base fosse mantida no mínimo, durante quatro anos. A referida petição foi defendida mediante a assinatura de um termo de compromisso pelo qual a Companhia Sul Brasil se obrigava a cumprir as exigências do decreto número 1633 de 4 de agosto de 1928. Este termo foi assinado no dia 8 de julho de 1929, e exigia, entre outros, o povoamento das terras com colonos nacionais ou estrangeiros, vendendo-lhes os lotes em prestações anuais, e cobrando juros de 6% ao ano; permitia que os direitos dos contratos de promessa de venda fossem transferidos a outrem; indenizaria ao colono as benfeitorias que tivessem sido feitas, quando viesse a abandonar o lote; apresentaria, anualmente, ao governo do Estado, um relatório sobre todos os serviços efetuados durante o ano e forneceria todos os mapas que a repartição de terras exigia. A Companhia, no entanto, não cumpriu tais exigências, apesar de usufruir da redução.

Em agosto de 1931, a comissão de sindicâncias da Diretoria de Terras, Colonização, Agricultura e respectivas agências chegou à conclusão de que a Companhia não estava cumprindo as exigências do decreto número 1633. Entre irregularidades apontadas, eram denunciadas as seguintes: no contrato de compra e venda, apareciam juros de 8% ao ano; no caso de o comprador não cumprir as cláusulas, a Companhia Sul Brasil ficaria com o direito de rescindir o contrato, perdendo o contratante as quantias pagas; as benfeitorias

deveriam ser retiradas em 2 meses a partir da rescisão do contrato, caso contrário passariam para a Companhia; o comprador não poderia vender nem hipotecar a colônia antes de possuir a escritura. Diante destas irregularidades a comissão deu o parecer favorável à rescisão do Termo de Compromisso lavrado em 8 de julho de 1929 (36).

A visão dos colonizados também difere do Presidente Konder no conceito atribuído à Companhia Sul Brasil. Os alemães russos, tanto os que se localizaram em Riqueza como os de São Carlos, tiveram que primeiro abrir uma clareira no meio do mato para depois transportar suas mercadorias através de picadas. Houve promessas, também, conforme conta Guilherme Mees, ao afirmar que foram enganados e que se ele soubesse que a estrada a São Carlos não iria ficar pronta logo, não teria saído de Santa Cruz do Sul. Conta ainda que saíram lá no ano de 1927, chegando a São Carlos no ano seguinte, já sem dinheiro (37). A viúva Fredolina Kussler afirma que foram ludibriados pela propaganda da Companhia. Sentiram-se jogados no "inóspito sertão", quando afirma que no Rio Grande do Sul tinham tudo, carne, leite, salame e em Santa Catarina apenas feijão podre para comerem (38). O abandono foi tanto que muitos nem tiveram condições de deixar a região, como ocorreu com um grande grupo, desmotivado pela falta de comércio e principalmente pelo surto de mosquitos.

Talvez a prática da Cia. Sul Brasil não fosse a mesma da geralmente praticada pelas demais Companhias colonizadoras do Estado, como afirmava o Presidente Konder. Contudo, em muitos aspectos, havia críticas por parte dos colonos ali instalados pela Companhia, insatisfeitos com a situação a que foram submetidos. Para os posseiros, a Companhia representava ameaça e desapropriação. Segundo Fontoura de Castro, muitos dos posseiros não eram capazes de aceitar que a Companhia se apossasse "das terras de Deus" para revendê-las. A maioria dos posseiros acabaram se retirando com a expansão da colonização.

Já as outras companhias colonizadoras tinham restrições à Sul Brasil, pois muitas vezes ela praticava preços mais baixos na venda dos lotes coloniais e das madeiras. Era, por isto, identificada como uma concorrente desleal. A Sul Brasil podia vender seus lotes a preços inferiores, pois suas terras foram adquiridas do Estado, enquanto que outras pagaram preços superiores por suas terras para a Brazil Development, como é o caso da Chapecó-Peperi e a Volskvereim. Acrescenta-se a isto a localização privilegiada de suas terras, que atraiu, por exemplo, um número significativo de alemães evangélicos

oriundos de Panambi, que a princípio iriam para Mondai, cujo núcleo de colonização foi criado especificamente para acolhê-los.

Já a Companhia Sul Brasil se autodenominava como implantadora do Progresso. Afirmava que recebera glebas de terras completamente despovoadas, sem quaisquer meios de comunicação, perdidas no sertão. Orgulhava-se de ter atuado tão eficiente e produtivamente, que transformara estas terras em zonas de grande progresso (39). Afirmava, num relatório de 14 de setembro de 1938, que, apesar do desenvolvimento da colonização ter prometido crescer, a Companhia Territorial Sul Brasil não conseguiu distribuir o menor lucro aos seus acionistas; muito ao contrário, estava inclusive onerada, nos estabelecimentos de crédito, em quantias vultosas; estas, como o capital dos acionistas, estavam investidas na obra da colonização (40).

## 9 - A Companhia e a questão dos posseiros

De acordo com D'Angelis:

*"A nova Lei de Terras teve seu regulamento aprovado pelo decreto número 1318, de janeiro de 1854, e as exigências legais e de recursos para a regularização das posses, então existentes, estavam longe das possibilidades dos sertanejos agricultores (caboclos) e dos próprios índios"(41).*

Segundo D'Angelis, os indígenas teriam alcançado a foz dos rios Antas e Chapecó, por volta de 4.500 a.C. Os inúmeros sítios arqueológicos existentes na região compreendida entre os dois rios vêm comprovar a ocupação indígena já alguns milênios. Somente no município de São Carlos foram 4 os sítios arqueológicos mapeados em pesquisa realizada em 1968 pelo Padre Rohr (42).

No entanto, quando da chegada das Companhias, os indígenas já haviam sido pacificados ou dizimados. Os índios "civilizados" haviam sido, na sua maioria, aldeados, não criando, portanto, atritos com a companhia colonizadora. As tribos que, na década de 1920, frequentavam as terras da Sul Brasil não tinham moradia fixa. Oscar Sehnem conta que em 1929, quando chegou em São Carlos, havia ali um acampamento com mais de 100 índios.

Segundo ele, os mesmos ajudavam os brancos, não havia nenhuma briga, retirando-se em seguida, pois estavam ali só de passagem, ou seja, acampados (43). Guilherme Mess confirma a existência deste acampamento de indígenas que ali permaneceu por pouco tempo. Conta ainda, que na seção de Araçá, interior de Saudades, moravam 3 famílias indígenas que, segundo ele, falavam português "meio quebrado" (44). Os demais entrevistados são unânimes em afirmar que não havia indígenas quando da sua chegada. A maioria, no entanto, encontrou vestígios arqueológicos, principalmente os que se instalaram próximos dos rios: "... se achavam aqueles panelotes, uma maior, bem redondo, tipo panelão e, mas tudo vazio. Se encontrava na beira dos rios, mas índios mesmo não existia" (45), diz Pedro Rodoi em entrevista.

*O governo imperial já havia "pacificado" o elemento indígena através da atuação dos padres missionários, da Colônia Militar e outras expedições. Um dos atritos ocorrido com os indígenas na região, em 1848, ocorreu quando Francisco Rocha Loures abriu um caminho ligando os Campos de Guarapuava aos de Vacaria, no Rio Grande do Sul. Este caminho era utilizado para a passagem das tropas que buscavam gado "xucro" no Rio Grande do Sul para vendê-lo no centro de país. Sua importância se deve ao fato de encurtar significativamente a distância entre São Paulo e Rio Grande do Sul, barateando, assim, o gado que servia de alimentação na região da mineração em Minas Gerais e, portanto, na atividade cafeeira em São Paulo. Por isso, sentiu-se a necessidade de pacificação do elemento indígena para que a área pudesse ser transmitida sem os ataques indígenas. Se a estrada ajudou a eliminar o elemento indígena destas áreas, favoreceu a instalação do luso-brasileiro. Ao longo do caminho, principalmente nos lugares de pouso, instalavam-se luso-brasileiros que davam apoio às tropas. Os indígenas, que não foram aldeados ou dizimados, acabaram miscigenando-se com o luso-brasileiro.*

Segundo Jaci Poli, no povoamento do oeste catarinense podem ser visualizadas três fases de ocupação, cada uma com atividades econômicas distintas: a fase indígena, que se deu até meados do século XIX; a fase cabocla, que a sucedeu e miscigenou-se com a indígena; e a fase de colonização, caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos basicamente do Rio Grande do Sul, pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração da madeira. Já os caboclos dedicavam-se ao corte da erva-mate e ao tropeirismo, além de praticar uma agricultura de subsistência na região (46).

A maioria dos núcleos de caboclos existentes nas terras da Companhia Sul Brasil existiam na área localizada ao norte. Além da proximidade dos Campos do Erê, a existência de ervais contribui para a instalação do luso-brasileiro anteriormente à chegada da Companhia. Já nas proximidades do Rio Uruguai, sem a existência de ervais e campos, havia moradores isolados, alguns dos quais dedicavam-se à extração da madeira, que já aparece nos relatórios de exportação do Estado de Santa Catarina desde meados do século XIX. Alguns autores afirmam que muitos dos que haviam se instalado na região eram criminosos fugitivos. Mas, segundo Pedro Rodó, estes se retiraram para o Paraná e Mato Grosso tão logo chegaram os primeiros colonos (47).

Fossem criminosos, foragidos ou não, todos os entrevistados, de origem alemã e italiana, são unânimes em confirmar a existência de luso-brasileiros ao longo do Rio Uruguai. Segundo Arthur Thessing, os luso-brasileiros trabalhavam por diária e que nenhum crime cometeram. Conta ainda que havia um morador antigo, pois tinha bergamoteira e laranjeira velha cheia de musgos, com uns 50 a 100 anos de idade (48). Com a chegada da Companhia Colonizadora e das madeireiras, muitos luso-brasileiros passaram a servir de mão-de-obra na abertura de picadas necessárias à demarcação dos lotes, construção de estradas, derrubada e arrastagem da madeira e na amarração e condução das balsas pelo Rio Uruguai até a Argentina.

Segundo depoimento de Pedro Rodó:

*"O caboclo trabalhava na companhia, roçava, subia nas árvores prá tirar cipó e amarrar as balsas. A maior parte que desciam eram os caboclos(...). O italiano comprava os bois na feira e puxava a madeira, mas a maioria era caboclo"(49).*

Por outro lado, a regularização das posses era dificultada ao máximo pela legislação vigente, a ponto de os posseiros não conseguirem a escritura das terras. Os poucos posseiros com poder aquisitivo e condições culturais necessárias para enfrentar todos os trâmites legais exigidos para conseguir a regularização das terras tiveram seus pedidos negados pelo governo do Estado de Santa Catarina, sob a alegação de que as terras não eram devolutas. Raramente, com exceção das grandes fazendas, as demais terras haviam sido destinadas às grandes colonizadoras.



*"Favoreciam apenas os setores dominantes da sociedade, com acesso à informação e aos círculos do poder, que acabaram titulando para si enormes extensões de terras ( que nem sempre chegam a conhecer) com o fim único de lucrar com a revenda a empresas colonizadoras ou diretamente a colonos" (50).*

No caso das terras colonizadas pela Companhia Sul Brasil, José Rupp, que as conseguiu, era irmão do então deputado estadual Henrique Rupp Junior, que participou como acionista na criação da Companhia Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, juntamente com seu colega de Assembléia Legislativa, Abelardo Luz. Esta companhia construiu estradas em troca de terras revendidas posteriormente à Companhia Territorial Sul Brasil.

A Companhia Sul Brasil, além de não reconhecer as terras do posseiro, geralmente luso-brasileiro, também não tinha nenhum interesse em fixá-lo. Para Arlene Renk, a introdução dos valores externos deixou aos luso-brasileiros duas opções:

*"Adaptar-se ou ficar excluído, isto por duas razões. A primeira razão seria a desestruturação do modo de vida anterior à colonização, a segunda, pelo descompasso entre os habitats da população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização"(51).*

O processo de exclusão foi o que mais se observou em relação aos posseiros residentes nas terras da Companhia Sul Brasil. Poucos tinham condições econômicas de adquirir um lote, por menor que fosse. A Companhia dava oportunidade para que o mesmo adquirisse a propriedade que ocupava. Esta oportunidade era, na verdade, uma forma de obrigar o caboclo a entregar a terra quando vencessem os prazos de pagamento. Prova disso é que, no caso dos posseiros, o contrato de promessa de venda do lote só era redigido quando ele havia pago a maior parte ou mesmo concluído o seu pagamento. Foi o caso da Senhora Alexandrina Narcisa dos Santos (52). Para os colonos oriundos do Rio Grande do Sul, este contrato de Promessa de Venda era assinado até sem entrada, ou, como na maioria das vezes, com um pequeno

sinal. Outra prova de que a companhia não pretendia fixar o luso-brasileiro foi o fato de não reservar para o mesmo uma área especificada, como havia feito para os italianos e alemães.

O posseiro geralmente vendia seu rancho e a pequena roça ao colono gaúcho, que comprava a terra da Companhia. Rafael Scheicher diz que os caboclos que havia, vendiam suas propriedades e seguiam mato adentro (53). A Companhia Sul Brasil, temendo que o posseiro voltasse a se instalar em suas terras, obrigava-o a assinar um termo, no qual se comprometia a deixar definitivamente as terras da Sul Brasil.

Aos posseiros que relutavam em deixar seu lote, foi-lhes possibilitada a compra do mesmo. Esta oportunidade era, no entanto, apenas uma estratégia de eliminar o luso brasileiro sem maiores conflitos, pois sabiam que o mesmo devolveria o lote tão logo vencesse a primeira prestação. Poucos eram os posseiros que tinham condições econômicas para pagar o lote comprado.

Na medida em que a colonização avançava em direção ao norte, o número de posseiros aumentava. Na região de Saudades e Pinhalzinho, havia muitos que aos poucos eram varridos, principalmente pelos alemães. Segundo Pedro Sebastiani, todos os caboclos saíram. Daí estava "limpo a área", concluiu ele (54). Ervino Hoss conta como era efetuada esta "limpeza", mesmo nos lugares onde havia grande concentração de caboclos:

*"Em 1931 já tinha estrada até Saudades. Lá moravam 3 a 4 famílias brancas. Caboclos tinha bastante. Ele não tinham escrituras. Aos poucos as famílias brancas iam comprando. Os caboclos vendiam seus direitos, só que o colono tinha que comprar a terra da Companhia"(55).*

Segundo Wachowicz (1985), as razões pelas quais os luso-brasileiros se desfaziam de suas posses no sudoeste do Paraná, são: o pleno conhecimento de quem sem a escritura, a posse da terra era instável e insegura; a lembrança do ocorrido no Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular da Brazil Railway, a impossibilidade de convivência do sistema de criação de porcos soltos nas plantações de milho, com o tipo de agricultura praticada pelos colonos de origem; e a opção de seguir mato adentro onde podiam fazer suas costumeiras derrubadas, facilitava a expropriação. Mesmo assim, havia resistência. Fontoura de Castro diz que o caboclo não era ruim

por natureza. A resistência era um meio de sobrevivência, porque, segundo ele, o cavalo quando está com fome quer comer, o homem também. Se a Sul Brasil podia esbanjar porque era rica, o pobre também tinha o direito de viver. Conta ainda, que em Linha Machado, município de Pinhalzinho, a família Machado resistiu até o despejo.

*"Nós não saímos daqui. Podem medir, nós respeitamos esta medição mas saber que nós não sai. Acabaram comprando a prazo, com o tempo foram pagando, mas tiveram que bancar...enfrentaram. Diziam que a terra era do povo, de Deus, não da Sul Brasil. Bom, de um lado é certo, mas eles sem documento nenhum, mas a Sul Brasil não era dona, mas era a colonizadora"(56).*

O relato mostra a confusão que se instalou na cabeça dos posseiros quando da chegada da Companhia Colonizadora. Anteriormente, as terras abundavam e pertenciam a quem delas se apossasse. Não havia divisas, nem cercas e quando queriam fazer novas derrubadas iam para outro lugar. Com a chegada da colonização, eles passaram a ser denominados de intrusos.

A falta de noção de valor comercial da terra fazia com que os posseiros aceitassem trocar por quantias irrisórias as suas benfeitorias e plantações. O conflito certamente teria sido mais acirrado se, ao norte, inclusive no estado do Paraná adentro, não houvesse áreas ainda devolutas.

*"Se dizia compra ou te arranca...não podiam comprar, dava aquela folia. Mas tinha que sai, chegava uns colonos mais reforçado, bem armado de espingarda. As vezes dava morte. Quem era de bem agarrava e saia quieto para diante. E aquele que era bonzote ficava lá mesmo"(57).*

Se, em Saudades, a expropriação do caboclo não gerou muitos conflitos, o mesmo não se pode dizer sobre a região de Pinhalzinho. Fontoura de Castro conta que, pelo ano de 1946, Pinhalzinho era dominada pelos luso-brasileiros. Os poucos alemães que havia andavam sempre em grupos. Diz que é difícil precisar a época que chegaram os caboclos, pois havia uma rotatividade muito grande. Os que ali moravam vendiam o rancho para os que

iam chegando do Rio Grande do Sul; deslocando-se para Campo Erê e Modelo. A companhia, por sua vez, tentava impedir a entrada de novos posseiros em suas terras.

*"Passei o rio Uruguai, aí tinha uma placa grande: Colonizadora Sul Brasileira. Aí eu falei pro encarregado eu vou entrando, eu não sou intruso...Ele foi dando coice. Tu não vais entrar como intruso. - Eu já disse, vou procurar meu irmão. - Não sei se teu irmão está. - Então a culpa não é minha...Encontrei meu irmão em Pinhalzinho...daí pus um bolicho. Não comprei terra"(58).*

Esse diálogo mostra a preocupação da Companhia Sul Brasil em não deixar entrar mais posseiros em suas terras. Pois, além dos núcleos de caboclos já existentes, outros estavam em formação. Estes núcleos de posseiros normalmente se formavam na extremidade norte, onde os lotes ainda não havia sido vendidos. Num cadastro feito pela Companhia, em agosto de 1952, nas seções de Burro Branco, Lageado Grande, Mundo Novo, Cedro, Rabicó, Jundiá e Lageado, demonstra-se que residiam somente ali 402 famílias posseiras, num total de 3.191 indivíduos, numa média de 7,93 elementos por família.

É interessante observar que todos estes levantamentos foram feitos por luso-brasileiros, que geralmente tinham seu nome incluído na lista dos posseiros. Esta estratégia de cooptar alguém do grupo era prática comum usada pela Companhia Sul Brasil. Jorge Silva, representante de venda de terra junto aos luso-brasileiros, conta que diziam: "Caboclo com caboclo se acerta" (59). A grande maioria deles se instalaram depois de 1926, ou seja, depois da chegada da Companhia Sul Brasil. No entanto, como a migração interna era grande, certamente muitos deles já moravam nestas terras antes do ano citado. Além do luso-brasileiro trocar com frequência suas terras para fazer novas derrubadas em outras áreas, o avanço da própria colonização empurrava os posseiros sempre em direção ao norte (60).

Um outro cadastramento feito pela Companhia Sul Brasil, em julho de 1931, mostra que a maioria das famílias posseiras não criaram maiores

problemas para a Companhia. Do total de 130 famílias, 73 aceitavam a proposta de se retirarem, 45 queriam ser fixadas, enquanto que apenas 12 tinham intenções duvidosas, ou seja, prometiam resistir ao avanço da colonização.

O posseiro, com raras exceções, se retirava das terras logo vencessem as primeiras prestações. Não tendo com que pagar, sentia-se na obrigação de abandonar sua terra. Jorge Silva, responsável para resolver a questão dos posseiros numa determinada área, conta que, em 12 anos de trabalho, entrou apenas 5 vezes na justiça. Reconhece, no entanto, que teve menos conflitos devido a sua habilidade em lidar com o posseiro.

*"No início havia resistência, pois ia soldados junto. Chegaram a nos cercar, houve muitas ameaças das quais deu pra escapar. A situação era tal que numa segunda vez, o motorista se recusou a ir junto. No começo havia agressividade, depois não. Foi o seguinte, é que a Companhia me deu motorista, carro e a justiça toda comigo, qualquer coisa era advogado, juiz, tudo. Mas eu agradei tudo isso"(61).*

O próprio perigo fez Jorge Silva mudar de tática. Ao invés de partir para o confronto que certamente lhe custaria a vida, investiu na conquista dos brasileiros. O fato de ser brasileiro ajudou-o na aproximação e conquista dos mesmos. Em pouco tempo era compadre dessa gente.

*"Não tinha nem onde dormir. Se tinha uma criança eu ia batizar, perdi a contagem do número de compadres que tive. Comprei um jipe e levava uns pacotes de caramelos e pegava o compadre que já tinha batizado para chegar e conquistar os demais. Criei uma amizade com os posseiros de fazer inveja. Cheguei a visitar alguns compadres lá no Paraná"(62).*

Jorge Silva comprava terras da Cia. Sul Brasil a um preço inferior e as revendia aos posseiros, se os mesmos apresentassem alguma resistência.

*"Na época comprei 50 colônias. Comprava e vendia pra eles, picava os pedaços. Desse pessoal que tava era 3,4 hectares, mais não compravam. Eu comprei da Companhia e deixava eles morando em cima. E dei aquele prazo. E depois eles me deram quase tudo de volta"(63).*

A Companhia, por sua vez, facilitava para Jorge da Silva e outros, o pagamento dos lotes ocupados por luso-brasileiros, além de demarcar lotes menores para eles. Estes lotes normalmente eram reincorporados posteriormente ao lote maior e revendidos aos colonos gaúchos. Jorge Silva afirma que, mesmo o posseiro conseguindo pagar parte ou toda a terra, ele a reaveria tão logo que o brasileiro tivesse terminado de derrubar o mato, pois o caboclo não estava habituado a trabalhar com a enxada. A questão dele era derrubar mato. Por isso, a divisão em pequenos lotes, ao invés de contribuir para fixação do caboclo, ajudava-o a expropriá-lo. Por outro lado, para o posseiro, a terra representava apenas sobrevivência, não tinha noção do valor comercial, isto facilitava expropriá-lo: "Pra eles se dizia pega aí uns 10,15 cruzeiros, já entregavam e saíam, iam pra frente" (64), segundo depoimento de Jorge Silva.

Nem todos tiveram a mesma "habilidade" para efetuar a limpeza da área. Jorge Silva reconhece que a sua área foi a mais tranquila. Conta que as demais áreas tiveram mais conflitos, principalmente na região de Modelo. Jaci Poli confirma a existência deste núcleo de luso-brasileiros, ao classificar a população de Modelo em duas fases: de 1928-47, população puramente luso-brasileira, e de 1948-58, a gradual diminuição de participação do luso-brasileiro na formação populacional pela ação das Companhias colonizadoras "(65).

A Companhia Sul Brasil foi acusada no processo protocolado na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, sob número 5.285, de 7 de agosto de 1951, de maltratar e expulsar os posseiros de suas terras. A Companhia Sul Brasil, em resposta à acusação, não nega tal prática, apenas justifica que era preciso desocupar os lotes coloniais já vendidos a terceiros e que não puderam ser entregues aos mesmos pela permanência dos intrusos. Argumentava ainda que havia nas suas terras o posseiro e o intruso. Na definição da Companhia, posseiro era aquele que, com o consentimento

tácito ou expresso do proprietário, ou ao menos, sem oposição da parte deste, se investia da posse, que era, no caso, mansa, e pacífica, portanto, tolerável. Já o intruso era aquele que invadia a terra, desmatando-a sem a possuir, ou a possuindo criminosamente, sem categoria de estabilidade ou legitimidade no uso de determinado espaço territorial. Enquanto o primeiro trabalhava, fazendo serviço de agricultura para o bem comum, o último, aventureiro, não fazia senão destruir as riquezas existentes, devastando inutilmente as terras e tirando-lhes as essências florestais mais valiosas"(66).

Primeiramente, a Companhia tentou caracterizar os brasileiros que trabalhavam para os colonos de origem, geralmente italiana, de posseiros e os verdadeiros posseiros de intrusos. Evidentemente que os primeiros eram bem vistos, pois serviam de mão-de-obra barata para os colonos. Os demais deveriam ser varridos pois eram inconvenientes. É falso o argumento de que os mesmos estariam ocupando lotes vendidos, pois o acordo ou o despejo ocorria anteriormente à venda do lote. A acusação ao "intruso" de que estaria destruindo a floresta inutilmente, não convence, pois, os mesmos faziam em pequena escala, somente para a sobrevivência, enquanto que a Companhia Sul Brasil devastou em torno de 7 milhões de metros quadrados com o intuito de acumular capital. E, com certo cinismo, o relatório afirma:

*"A Companhia não lhes (aos posseiros) tolhe a oportunidade para a fixação, que lhe seria a garantia de um futuro e dos seus... Existem é bem verdade, aqueles que se fixam na terra imediata, e entregam-na, quando a reclamam, mediante a indenização das chamadas "benfeitorias" (um rancho, pequena roça, etc) (67).*

A solução apresentada pela Companhia Sul Brasil para resolver o problema era a destinação das seções Saltinho, Lageado Grande e Burro Branco para a instalação dos intrusos. Os lotes seriam vendidos em 5 prestações sem juros, sendo uma inicial, e a redução de 800 para 500 cruzeiros o hectare (68). Com isso a Companhia continuaria empurrando os posseiros em direção ao norte. Quando a colonização já chegasse, a maioria dos posseiros, impossibilitados de pagarem, já teriam devolvido seus lotes. A estratégia da companhia de vender os lotes para depois retomá-los era muito usada, pois poucos conseguiriam dinheiro para pagar as terras, uma vez que o posseiro de modo geral, nunca teve a preocupação de acumular capital. Muitos deles não tinham o dinheiro para cobrir sequer a entrada. E os que o

possuíam, cobriam normalmente apenas as despesas com a demarcação dos lotes, que geralmente eram devolvidos posteriormente à Companhia Sul Brasil valorizados com a efetuação das primeiras derrubadas (69).

Os posseiros assim formavam, o que Poli denomina de "frente da frente", deixando o caminho aberto para as empresas colonizadoras plantarem na região e venderem as terras já desbravadas (70). Segundo Campos, esta era uma prática em toda região, ao afirmar que:

*"Com a progressiva colonização da região os caboclos tornavam-se os primeiros deserdados da terra. A ocupação progressiva e o escasseamento das terras virgens, as cercas e o poder instituído, os caboclos viram a destruição de suas tradicionais condições de vida. Muitos migraram para o Paraná, mas logo seriam alcançados pelos colonos e suas cercas" (71).*

Os que foram incorporados geralmente não tinham acesso à terra, meio de produção. Marginalizados, acabavam vendendo sua força de trabalho, explorada principalmente entre os colonos de origem italiana, enquanto os alemães preferiam a "limpeza da área" à utilização da mão-de-obra cabocla. Ainda hoje observam-se inúmeras famílias luso-brasileiras nas comunidades italianas, totalmente dependentes dos colonos de origem.

*"Então o caboclo que entrou, hoje tem muitos, são tudo gente que trabalha, como peão, como empregado, alguns já tem terra, gente caprichosa... já são mais comportado. Tem algum valente quando estão na pinga, mas senão é gente boa" (72).*

Para Poli, a afirmação de que muitos eram bons, demonstra que o relacionamento era, de certa forma, amenizado pelo "compadrio" que provocava o aquietamento da revolta do posseiro pela dependência para sobreviver (73). Arlene Renk afirma que a colonização, além do processo de expropriação, representou o momento da descoberta da diferença, da existência e da imposição de outro sistema frente ao qual o posseiro tentou fazer tudo mais ou menos igual (74).



Concluída a venda das suas terras, a Sul Brasil havia eliminado praticamente todos os posseiros ali instalados. Dos que se adaptaram à colonização, uma minoria ficou com um pedaço de terra escriturada, enquanto que os demais continuam servindo de mão-de-obra aos colonos de origem. Os que seguiram mata adentro, como sugere Arlene Renk, logo seriam alcançados pelos colonos e suas cercas.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Contrato de venda das terras da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense à Cia. Territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 26 de agosto de 1925. Pasta 06. Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre - Rs.
- (2) HERWIG, Tutz Culmey & KNORR, Ilga K. A filha do pioneiro. Florianópolis: IOESC, 1987.
- (3) Ibid., p. 30.
- (4) Ibid., p. 59
- (5) Otto Zimmer. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 16 de janeiro de 1991, em Riqueza.
- (6) Arthur Thessing. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 11 de janeiro de 1991 em Pratas, São Carlos.
- (7) HERWIG, T. & KNORR, I...A Filha do...Op cit. p. 54.
- (8) Jorge Silva. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 16 de janeiro de 1991, em Riqueza.
- (9) HERWIG, T. & KNORR, I...A Filha do...Op cit. p. 38.
- (10) Ibid., p. 69.
- (11) Otto Zimmer. Entrevista...Op cit.

- (12) Jorge Silva. Entrevista...Op cit.
- (13) HERWIG, T... & KNORR, J...A Filha...Op cit. p. 79.
- (14) Pedro Sebastini. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 9 de janeiro de 1991, Morães, São Carlos.
- (15) Oscar Sehnem. Entrevista concedida a Alceu A. Werlang em 9 de janeiro de 1991 em Cunhataí, São Carlos.
- (16) Relatório da Cia. Territorial Sul Brasil enviado à Diretoria de Terras e Imigração. Porto Alegre, 6 de setembro de 1938. Pasta 03. Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre - Rs.
- (17) Arthur Thessing. Entrevista...Op cit.
- (18) RENK, Arlene. A Luta da Erva: Um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu nacional, UFRJ, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- (19) Pedro Sebastiani. Entrevista...Op cit.
- (20) Guilhermino Mees. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 11 de janeiro de 1991 em Santa Lúcia, Palmitos.
- (21) Segundo Lazzari. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 17 de janeiro de 1991 em Santo Lúcia, Palmitos.
- (22) Ervino Hoss. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 12 de janeiro de 1991 em São Carlos.
- (23) Oto Zimmer. Entrevista...Op cit.
- (24) Pedro Rodoi. Entrevista...Op cit.
- (25) Ervino Hoss. Entrevista...Op cit.
- (26) Pedro Sebastiani. Entrevista...Op cit.
- (27) Pedro Rodoi. Entrevista...Op cit.
- (28) Rodolfo Kohler. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 18 de janeiro de 1991 em Três Pinheiros, Palmitos.

- (29) Clemente Fernando Rizzi. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 15 de janeiro de 1991 em Santo Antonio, Caibi.
- (30) Rodolfo Kohler. Entrevista...Op. cit.
- (31) Rafael Scheicher. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 10 de janeiro de 1991 em Ajuinhas, São Carlos.
- (32) Flávis Bondan Lazzari. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 17 de janeiro de 1991 em Santa Lúcia, Palmitos.
- (33) Id.
- (34) Discurso proferido pelo Presidente do Estado, Dr. Konder no distrito de Cascalho quando da visita ao Oeste Catarinense. Publicado no jornal "República" de Florianópolis na edição do dia 30 de maio de 1929.
- (35) Id.
- (36) Parecer da Comissão de Sindicância na Diretoria de Terras, Colonização, Agricultura e Respektivas Agências. Florianópolis, 13 de agosto de 1931. Arquivo Municipal Pe. Fernando Nazel. Maravilha - SC.
- (37) Guilhermino Mees. Entrevista...Op cit.
- (38) Fredolina Catharina Kussler. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 18 de janeiro em Palmitos.
- (39) Resposta da Cia. Sul Brasil à acusação número 5285 de 7 de agosto de 1951 feita pela Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Porto Alegre, 7 de janeiro de 1952. Pasta 08. Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre - RS.
- (40) Relatório da Cia. Sul Brasil...Op cit. 1938
- (41) D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Cadernos do CEOM. Chapecó: Fundeste, vol. 6, Nov. de 1989.

- (42) DMITRUK ORTIZ, Hilda B. Síntese Pré-Histórica do oeste. Cadernos do CEOM. Chapecó: Fundeste, vol. 1, Set/1989, p. 57.
- (43) Oscar Sehnem. Entrevista... Op cit.
- (44) Guilhermino Mees. Entrevista ...Op cit.
- (45) Pedro Rodoi. Entrevista...Op cit.
- (46) POLI, Jaci, Caboclo...Op cit p. 53.
- (47) Pedro Rodoi. Entrevista...Op cit.
- (48) Arthur Thessing. Entrevista. ...Op cit.
- (49) Pedro Rodoi. Entrevista...Op cit.
- (50) D'ANGELIS. Para uma história...Op cit. p. 41.
- (51) RENK, A.. A luta da erva...Op cit. p. 11.
- (52) Contrato no. 774 de 6 de março de 1930. Pasta número 1. Arquivo Pe. Fernando Nagel. Maravilha - Sc.
- (53) Rafael Scheicher. Entrevista...Op cit.
- (54) Pedro Sebastiani. Entrevista. Op cit.
- (55) Ervino Hoss. Entrevista...Op cit.
- (56) Fontoura Castro. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 16 de janeiro de 1991 em Caibi.
- (57) Id.
- (58) Id.
- (59) Id.

(60) Período de instalação dos posseiros nas terras da colonizadora:

Período	Número de famílias
1900/1905	01
1906/1910	00
1911/1915	03
1916/1920	01
1921/1925	15
1926/1930	21
1931/1935	31
1936/1940	48
1941/1945	173
1946/1950	109
<b>TOTAL</b>	<b>402</b>

FONTE: Relatório efetuado pela Cia. Sul Brasil. Agosto de 1952. Arquivos da Cia. Sul Brasil. Poa - Rs.

(61) Jorge Silva. Entrevista...Op. cit.

(62) Id.

(63) Id.

(64) Id.

(65) POLI, Jaci. Caboclo...Op cit. pp. 49-50

(66) Relatório da Cia. Sul Brasil enviado à Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Janeiro de 1952. Pasta 03. Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre - RS.

(67) Id.

(68) Id.

(69) Jorge Silva. Entrevista...Op cit.

(70) POLI, Jaci. Caboclo... Op cit. p. 75.

(71) Apud Arlene Renk. As representações da colonização do Oeste Catarinense, a partir dos brasileiros. Cadernos do CEOM. Chapecó: FUNDESTE, vol. 7, abril/1991, p. 16.

(72) Pedro Rodoi. Entrevista... Op cit.

(73) POLI, Jaci. Caboclo... Op cit. p. 80.

(74) Apud. Arlene Renk. As representações... Op. cit. p. 19.